

# PROGRAMA BIOPARÁ

POLÍTICA PÚBLICA PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO  
DE CADEIAS PRODUTIVAS DA BIODIVERSIDADE PARAENSE

## Organização social é selecionada para gerir o Programa BIOPARÁ

A Sectet divulgou, no dia 10 de novembro de 2017, o resultado final da avaliação do edital de chamamento público nº 004/2017, que pretendia selecionar Organização Social (OS) qualificada na área de desenvolvimento científico e tecnológico, interessada em executar a gestão do Programa Paraense de Incentivo ao Uso Sustentável da Biodiversidade Amazônica, conhecido como BIOPARÁ. Após a avaliação dos documentos e programas de trabalho enviados à Sectet, a comissão de seleção do edital elegeu a Associação BioTec-Amazônia para gerir o Programa. O BIOPARÁ traduz-se como a ferramenta norteadora à elaboração de políticas públicas que possibilitem a agregação de valor às cadeias produtivas da biodiversidade estadual e regional, por meio de pesquisa e desenvolvimento e de prospecção de negócios inovadores

no setor. Considera-se “gestão do BIOPARÁ” um sistema inteligente de governança voltado ao estímulo e apoio ao planejamento e desenvolvimento de uma economia dinâmica fundada no uso sustentável da biodiversidade, com a devida e adequada base científica e tecnológica. As atividades da OS serão desenvolvidas em eixos que dizem respeito, por exemplo, à governança inovadora e articulação estratégica a partir da construção de alianças entre atores do ambiente de inovação do Estado. Além disso, a BioTec-Amazônia pretende contribuir com a criação e aperfeiçoamento de leis estaduais de inovação e de incentivos fiscais e promover uma gestão estratégica da informação sobre Ciência e Tecnologia no Pará, com o objetivo de atrair novos negócios à região e favorecer parcerias entre a academia e o setor produtivo.

## Sectet participa de seminário do Consórcio de Pesquisa em Biodiversidade

No dia 31 de outubro, a adjunta da Sectet, Maria Amélia Enríquez, participou como palestrante do seminário científico sobre “Biodiversidade amazônica e evolução”, realizado pelo Consórcio de Pesquisa em Biodiversidade Brasil-Noruega (BRC), do qual o Museu Emílio Goeldi faz parte, e conta com a parceria da Embaixada Real da Noruega no Brasil e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O evento ocorreu no Parque Zoológico do Museu Goeldi e teve a programação dividida em três momentos. No primeiro e no segundo, foram destacados a Cooperação em pesquisa e as oportunidades de financiamento; além

da Biodiversidade amazônica e evolução. A partir daí, foi feita a reflexão: “Para onde vamos daqui?”. A Secretária Adjunta participou do primeiro momento expondo as relações já existentes entre Pará e Noruega; os avanços na área de pesquisa no Estado e os Programas coordenados pela Sectet: Pará Profissional, Inova Pará e TecSocial. Maria Amélia Enríquez completou enfatizando a importância dos investimentos em CT&I para o desenvolvimento do Estado. “Nosso papel, enquanto Governo, é buscar meios para superar a pobreza no Pará e a Secretaria acredita que deve ser por meio de ciência, tecnologia e inovação”, concluiu.



## Fapespa e Setur lançam Boletim do Turismo do Estado do Pará

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) e a Secretaria de Estado de Turismo (Setur) lançaram a segunda edição do Boletim de Turismo do Pará, com informações sobre o segmento turístico no Estado. O lançamento ocorreu no dia 22 de setembro de 2017, na Feira Internacional de Turismo da Amazônia (Fita), no Centro de Convenções e Feiras da Amazônia (Hangar). No boletim, foram sistematizados os dados referentes ao ano de 2016 e, para efeito de comparação, utilizou-se uma série histórica desde 2007. São apresentados os indicadores referentes ao fluxo de turistas no Pará, além de análises referentes aos principais segmentos de atividades que compõem o setor de Turismo; a geração de renda; os investimentos diretos e indiretos; e indicadores do mercado

de trabalho formal e informal, observando a capacidade do setor na geração de emprego direto e indireto. O boletim também disponibiliza a caracterização de cada um dos seis Polos Turísticos do Pará e um conjunto de quatro boxes que abordam o turismo, a gastronomia, a qualificação profissional e o Círio de Nazaré, temáticas analíticas relevantes para o Estado no que concerne o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Sustentável “Pará 2030”. Segundo a Coordenadora Geral de Informações Gerenciais do Ministério do Turismo, Gilce Zelinda Battistuz, “o Pará foi um dos Estados que teve maior crescimento no número de estabelecimentos, de hospedagens. Isso significa que o Pará está fazendo a lição de casa que é se preparar. De acordo com os dados, o norte foi uma das regiões que mais cresceram”.

O Boletim está disponível em:  
<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/boletins/113>.



## Estado firma cooperação técnica para fomentar inclusão digital



O Governo do Pará, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), firmou um Termo de Cooperação Técnica, no dia 31 de agosto de 2017, com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA) e Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (Prodepa), visando à integração do Estado por meio da fibra óptica, ampliando o acesso à informação e ao conhecimento para a população em todo o Pará. Outro objetivo é o interesse comum de integração tecnológica e administrativa nas áreas de treinamento, capacitação e engenharia das instituições envolvidas. A cooperação técnica entre os órgãos pretende atingir o desenvolvimento de ações estratégicas nas áreas de tecnologia da informação e engenharia, por intermédio

da formação de um comitê permanente e de grupos de trabalho voltados à padronização tecnológica, uniformização de procedimentos e gerenciamento de informações, que possibilitem o intercâmbio de pessoal técnico, sistemas de dados e o compartilhamento de projetos e infraestrutura tecnológica e de suporte. O acordo vai viabilizar a realização de treinamentos e capacitação de magistrados e demais servidores das instituições, a possibilidade de trabalho em parceria em processos de licitação e a implantação conjunta do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) pelo TRT 8ª Região e TJE-PA, quando for considerado viável para os órgãos que celebraram o acordo. Atividades que tenham impactos técnicos e operacionais significativos também poderão ser objeto do termo de cooperação.